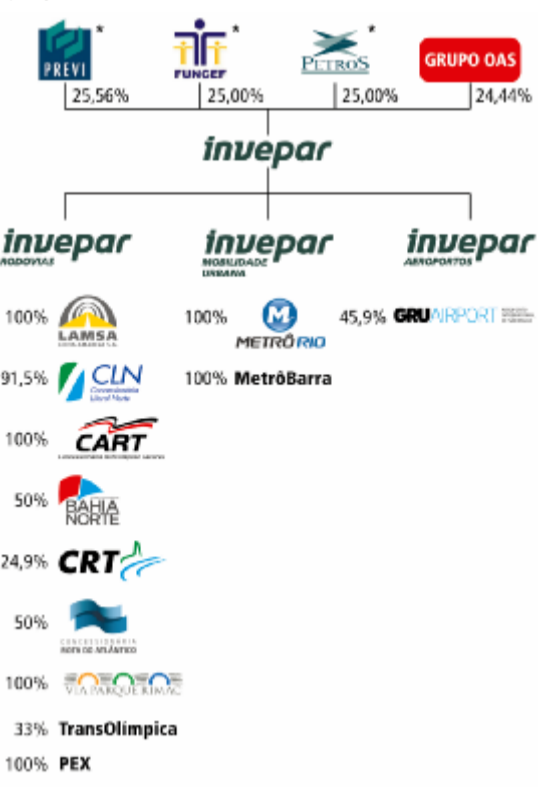


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos, para apreciação, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, atendendo às disposições legais e estatutárias, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Apresentamos, também, os trabalhos desenvolvidos pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. que demonstram sua constante busca pela excelência em seus processos de gestão, aliados ao desenvolvimento socioambiental das regiões onde atua. **1. APRESENTAÇÃO.** Em 2008, o governo do Estado de São Paulo publicou o edital para a concorrência de concessão das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa Estadual de Concessão Rodoviária. O edital estabeleceu as regras gerais para a concessão, as obrigações da concessionária e a data do leilão. O leilão de concessão foi realizado em outubro de 2008. O vencedor foi o consórcio formado pela Construtora OAS e pela INVEPAR - Investimentos e Participações em Infraestrutura. O contrato de concessão foi assinado em 16 de março de 2009. Com isso, o Estado transferiu a administração das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, trecho Bauru - Presidente Epitácio pelo prazo de 30 anos para a CART - Concessionária Auto Raposo Tavares. O corredor é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por mais de 30 municípios, com forte potencial econômico. É também uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, que possui o porto de Paranaguá. Oferecer rodovias mais seguras, gerar resultados expressivos aos acionistas, buscar novas tecnologias em benefício aos seus usuários e às comunidades ao longo dos 444 quilômetros que administra, fazem parte da missão da empresa. A CART trabalha de forma séria e responsável e estará presente pelo menos, por mais 26 anos no dia-dia da região assumindo compromisso de administrar com transparência e contribuir com o crescimento de toda região. **2. MERCADO.** Com o fim do modelo que garantia investimentos públicos em infraestrutura rodoviária, na década de 90, o governo federal e os governos estaduais buscam alternativas para garantir que tais investimentos continuem ocorrendo nos sistemas rodoviários que administram. Diante desses desafios, foram desenvolvidos programas de concessão rodoviária nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul e outros modelos de PPP (Parcerias Públicas Privadas). Enquanto a Concessionária mantém as rodovias a partir de recursos advindos da cobrança de pedágio, o Poder Concedente exige que a mesma seja responsável pela recuperação, desenvolvimento, ampliação e modernização das rodovias, firmando compromissos de longo prazo estabelecidos no contrato. O Brasil dispõe de uma rede rodoviária limitada para as suas dimensões territoriais, que continua sendo considerada proporcionalmente a menor dentre as 20 maiores economias mundiais, conforme levantamento realizado em 2011 pela ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (Relatório Anual ABCR 2011). Sem transferir à gestão privada a responsabilidade pela manutenção e investimentos em infraestrutura rodoviária, de parte relevante da malha existente, o crescimento econômico nos próximos anos poderá ser impactado negativamente. A CART - Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. atua no Estado de São Paulo, onde estão 23 (42%) das 55 concessionárias de rodovias, associadas à ABCR em 2012. **3. CONJUNTURA ECONÔMICA.** De acordo com dados divulgados em 1º de março de 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro no ano de 2012 foi de 0,9%, ante expectativa inicial do Ministério da Fazenda que projetava crescimento superior a 4% para o ano. O PIB brasileiro no ano de 2011 foi de 2,7%. Em 2012 as praças de pedágio da CART registraram 47.043.368 veículos equivalentes pagantes, ou seja, 5,1% acima dos 44.740.444 veículos equivalentes pagantes registrados em 2011. A média diária de veículos equivalentes pagantes em 2012 atingiu 128.534 (366 dias/ano), enquanto que em 2011 era de 122.577 (365 dias/ano), ou seja, houve um aumento de 4,9% se comparado aos dois últimos períodos. **4. RECURSOS HUMANOS.** Desenvolver o capital humano na CART faz parte de um dos objetivos estratégicos da companhia. Para isso, a empresa prioriza a contratação de mão-de-obra da região onde está inserida, seja ela própria ou de empresas parceiras. A CART investe no treinamento, capacitação e desenvolvimento dos seus colaboradores e gestores, realizando até 31 de dezembro de 2012 aproximadamente 30.565 mil horas/homem de treinamentos para colaboradores próprios e terceirizados, investindo assim cerca de R\$ 500 mil em capacitação e desenvolvimento. Em 31 de dezembro 2012 a empresa contava com 622 empregados diretos e 2.073 empregados indiretos, contra 596 empregados diretos e 1.815 empregados indiretos em 2011 e 581 empregados diretos e 1.349 empregados indiretos em 2010. Valorizar o trabalho em equipe e reconhecer internamente seus talentos são premissas da empresa na superação de seus desafios ao longo dos seus 30 anos de concessão. **5. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.** O ano de 2012 foi marcado por investimento nas áreas de gestão, qualidade, sustentabilidade e saúde e segurança no trabalho. Prova disso, foram as certificações e reconhecimentos recebidos pela Companhia. A partir de 2012, a CART passou a adotar suportes ecológicos para placas de sinalização instaladas ao longo do Corredor Raposo Tavares. Os suportes são feitos de materiais recicláveis e fibras naturais e também tem a vantagem de, em caso de colisão, reduzir a severidade do impacto. Importante ressaltar que os suportes em

recentes aquisições estão: Linea Amarilla S.A.C. (LAMSAC), concessionária que explora a rodovia expressa Via Parque Rimac, no Peru e Concessionária Aeroporto Internacional de Guarulhos (GRUAirport). E ainda, criamos em 2012 a PEX, empresa que presta serviço de cobrança automática pré-paga, denominado Passe Expresso, nas concessões LAMSA, CBN e CLN e também a MetrôBarra, empresa que será responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que serão utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro, que está em construção, com previsão de início da operação em 2016.



D percentual ao lado de cada empresa é relacionado a participação da Invepar em cada uma delas.  
A Invepar detém 90% de participação na SPQ que detém 51% da concessionária.

**8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.** Em 2012, a CART vem reforçando o seu compromisso com o desenvolvimento regional das cidades que estão situadas ao longo do Corredor Raposo Tavares, desenvolvendo ações voltadas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento social (educação, saúde e segurança). Na área de desenvolvimento social a CART possui diversos programas, são eles: (i) Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a realização de 7 passeatas temáticas, entrega de 140 mil folhetos, instalação de 4 faixas, 11 outdoors e 2 blocos educativos; (ii) Ação Saúde e Cidadania, com a realização de 1503 atendimentos de saúde preventivos, realizando testes de glicemia, aferição de pressão arterial e massa corporal e orientações sobre saúde; (iii) Educação Continuada, com palestras e atividades práticas relacionadas à segurança do trânsito, que atingiram a 6.405 crianças e 840 adultos; (iv) Blocos Educativos com a instalação de 2.513 antenas corta cerol; (v) Voluntariado e Ações de Cidadania, com a doação de materiais, como roupas, agasalhos, cobertores e afins para instituições carentes localizadas no Corredor Raposo Tavares; (vi) Caminho Verde, projeto piloto de plantio voluntário de 10 mil m de árvores nativas em 23 canteiros na faixa de domínio da rodovia; (vii) Projeto Progresso com Arte, desenvolvido em uma comunidade localizada a margem da rodovia que visa desenvolver talentos locais, onde participam os adolescentes e ainda 1 instrutor membro da comunidade; (viii) Projeto Geração de renda, com capacitações junto às Associações de Recicladores, atende a 6 associações e 1 cooperativa de recicladores, totalizando 7 municípios participantes e ainda; e o (ix) Projeto Futuro, com a inclusão social através do esporte atendendo 1.500 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. E ainda, na área de meio ambiente a CART tem realizado um forte trabalho de recuperação do meio ambiente em todo o trecho de concessão, inclusive recebendo a Menção Honrosa no Prêmio FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) de Mérito Ambiental e a Medalha da Ecologia da Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística por suas iniciativas; (j) Convênio com a APASS (Associação Protetora dos Animais Silvestres de Assis), tendo recolhido somente no ano de 2012, 25 animais e investido na construção de um viveiro na entidade; (ii) Recuperação de 176 passivos; (iii) Utilização de tintas à base de água nas obras de engenharia; (iv) Reutilização de material fresco; (v) Plantio de 64 mil mudas em área de preservação permanente; (vi) Treinamento/Conscientização Ambiental de aproximadamente 450 colaboradores; (vii) Distribuição de 12 mil folders e lixo-car, 15 mil sementes e 1.200 mudas de árvores nativas;

(viii) Implantação e Certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), segundo a norma NBR ISO 14001:2004, com o objetivo de minimizar os impactos ambientais relacionados às atividades da Concessionária; (ix) Implantação do Programa de Controle da Fumaça Preta, realizando testes em 220 veículos; (x) Implantação do Gerenciamento de Resíduos, encaminhando para reciclagem aproximadamente 50% dos resíduos gerados; e ainda a (xi) Implantação do Programa de Substituição de Materiais que Geram Menos Impacto ao Meio Ambiente, com a utilização de materiais reciclados; Com foco na sustentabilidade foram desenvolvidos inúmeros projetos para garantir que as obras de melhoria, ampliação e duplicação do Corredor Raposo Tavares causem o menor impacto possível ao meio ambiente. Tivemos como algumas iniciativas a parceria com entidades locais para prestação de atendimento adequados aos animais da fauna regional, contribuindo para sua preservação, e o projeto de recomposição da mata nativa que margeia a rodovia. Anualmente a CART amplia os resultados provenientes dos projetos socioambientais desenvolvidos e, consequentemente, garante o crescente reconhecimento dos parceiros, da sociedade e das comunidades do entorno da via. **9. REALIZAÇÕES EM 2012 E PLANOS PARA 2013.** Em 2012 a CART prestou 82.648 serviços aos usuários, 6% a mais que em 2011. Os funcionários da inspeção de tráfego realizaram 7.478 reparos em veículos no decorrer de 2012. Os guinchos removeram 12.731 veículos de passeio e 2.695 caminhões e veículos pesados, também foram realizadas 32.220 substituições de emergência e transportados 15.061 usuários. As UTIs foram acionadas 733 vezes e as ambulâncias Resgate foram chamadas 1.174 vezes. No ano de 2012 a CART avançou nas melhorias das rodovias que formam o Corredor Raposo Tavares e realizou obras estruturais importantes para dotá-las do padrão de excelência das melhores vias do Estado de São Paulo. Visando a segurança e conforto dos usuários, em 2012 foram iniciadas as obras de duplicação da SP-225 (João Baptista Cabral Rennó), entre o km 235+040 e o km 242+670 no município de Bauru, e em quatro trechos da SP-270 (Raposo Tavares), nos municípios de Maracá, Paraguaçu Paulista, Rancharia, Presidente Prudente e Álvares Machado. As obras de duplicação estão avançadas e em vários pontos a segunda via já está pavimentada. De forma a proporcionar aos usuários uma rodovia mais segura e com maior fluidez de tráfego, a CART também está construindo e realizando melhorias em diversos dispositivos de acesso e retorno ao longo do Corredor Raposo Tavares. Paralelamente às duplicações, a CART executa, em parceria com a Transbrasiliana, melhorias no "Trevão de Ourinhos", localizado no entroncamento da SP-270 (Rodovia Raposo Tavares) com a BR-153 (Rodovia Transbrasiliana), construindo no local um trevo completo (dispositivo tipo 1) e também duplicando o cruzamento da SP-270 com a BR-153. Ainda em 2012 a CART investiu na construção de um novo e moderno Centro de Controle Operacional (CCO), obra que ainda está em fase de recomposição da mata nativa que margeia a rodovia. O SAU/SE Serviço de Atendimento ao Usuário, que foi encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. foi contratada para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa, que foram serviços de auditoria para a 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, no valor de R\$ 444,5 mil. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditória tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **11. AGRADECIMENTOS.** A administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela garra, dedicação e espírito de equipe, apresentados durante esses três anos de concessão. Bauru/SP, 28 de março de 2013. **A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)**

	2012	2011		2012	2011
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	147.078	5.148	Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	50.899	57.770
Aplicações financeiras (Nota 4)	204.056	40.399	Debêntures (Nota 9)	1.548	24.262
Créditos a receber (Nota 5)	12.716	10.790	Fornecedores	981	2.819
Estoque	724	496	Salários e encargos sociais a recolher	2.992	2.855
Impostos a recuperar	361	344	Impostos e contribuições a recolher	2.814	2.374
Adiantamentos diversos	293	411	Obrigações para direito de concessão (Nota 19b)	652	536
Despesas antecipadas	649	680	Receita diferida (Nota 13)	8.674	-
Partes relacionadas (Nota 11)	536	-	Partes relacionadas (Nota 11)	440	-
Outros	189	154	Provisões (Nota 9)	23.489	-
	402.602	58.062	Outros	2.112	2.312
				94.601	92.928
Não circulante			Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	78.097	69.752	Provisão de manutenção	20.534	14.000
Depósitos judiciais	893	116	Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	521.159	419.849
Outros	9	9	Debêntures (Nota 9)	693.664	400.000
Imobilizado (Nota 7)	19.578	22.407	Obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 10)	549	299
Intangível (Nota 8)	1.441.007	1.300.924	Receita diferida (Nota 13)	49.714	11.662
	1.539.584	1.393.208		1.285.620	845.810
Total do ativo	1.942.186	1.451.270	Patrimônio líquido (Nota 14)		
			Capital social	715.000	625.000
			Prejuízos acumulados	(153.035)	(112.468)
				561.965	512.532
			Total do passivo e patrimônio líquido	1.942.186	1.451.270

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações gerais:** A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão. O Edital nº 04 do Programa de Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. A Companhia não possui ações ou quaisquer outros títulos de sua emissão negociados publicamente. A sede da Companhia está localizada na avenida Getúlio Vargas 20-59 em Bauru, Estado de São Paulo. O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, a execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração de rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O Edital nº 04/2008 atualmente é um conjunto de listas de serviços do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul; II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo; III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, Km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos. A assinatura do termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **Sazonalidade da operação:** O resultado operacional da Companhia é afetado pelo número e classes de veículos pedagiados, isto é, veículos comerciais e de passeio, que são impactados sensivelmente pela utilização econômica regional e nacional, pelo o "efeito calendário", pois reflete a quantidade de dias úteis ou feriados em um determinado período de tempo com seu consequente reflexo no número de taxis equivalentes no tráfego consolidado, e pelo ciclo da safra de grãos, tendo em vista que a área de concessão é um importante corredor de escoamento da produção de grãos na região da Concessão. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas sob o regime de custo histórico com base no valor. A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatos e circunstâncias subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para o balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção, com o ajuste a valor presente da obrigação. A liquidação das transações envolvido

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por lote de mil ações)**

	2012	2011
Receita líquida de pedágio e acessórias	203.273	177.830
Receita de construção	185.561	218.189
Receita operacional líquida (Nota 15)	388.834	396.019
Custo dos serviços prestados (Nota 16)	(133.916)	(128.688)
Custos de construção	(183.724)	(211.834)
Lucro bruto	71.194	55.497
Despesas operacionais		
- Gerais e administrativas	(30.634)	(27.976)
- Remuneração dos administradores (Nota 12)	(1.170)	(1.086)
- Depreciações	(7.109)	(6.523)
- Receitas financeiras (Nota 17)	8.537	5.401
- Despesas financeiras (Nota 17)	(89.823)	(87.733)
- Outras receitas	92	601
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(48.913)	(61.819)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 6)	8.346	30.369
Prejuízo do exercício	(40.567)	(31.450)
Prejuízo por opção ordinária (básico e diluído) - R\$ (Nota 18)	(0,0434)	(0,0414)
Prejuízo por opção preferencial (básico e diluído) - R\$ (Nota 18)	(0,0434)	(0,0414)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)**

	2012	2011
Prejuízo do exercício	(40.567)	(31.450)
Resultado abrangente no patrimônio líquido	-	-
Total do resultado abrangente líquido de impostos	(40.567)	(31.450)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2011	512.000	(81.018)	430.982
Aumento de capital	113.000	-	113.000
Prejuízo do exercício	-	(31.450)	(31.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	625.000	(112.468)	512.532
Aumento de capital (Nota 14)	90.000	-	90.000
Prejuízo do exercício	-	(40.567)	(40.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	715.000	(153.035)	561.965

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)**

	2012	2011
Prejuízo do exercício antes dos impostos operacionais	(48.913)	(61.819)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
- Margem bruta de construção	(1.837)	(6.355)
- Depreciação e amortização	58.863	50.167
- Amortização custos de transação debêntures	144	-
- Baixa de imobilizado e intangível	107	365
- Variações monetárias, cambiais e encargos	87.760	85.265
	96.124	67.623
(Aumento) redução em ativos operacionais		
- Contas a receber de terceiros	(1.926)	(1.932)
- Estoques	(228)	329
- Impostos a recuperar	(16)	(107)
- Outras contas a receber	(35)	101
- Adiantamentos	118	708
- Partes relacionadas	(537)	3.092
- Depósitos judiciais	(777)	(116)
- Despesas antecipadas	31	132
	(3.370)	2.207
Aumento (redução) em passivos operacionais		
- Fornecedores	(1.838)	1.154
- Impostos e contribuições a recolher	1.440	519
- Salários e encargos sociais a recolher	137	332
- Provisão para manutenção	6.533	7.975
- Receita diferida	46.276	11.662
- Outras obrigações e contas a pagar	169	536
	52.167	22.178
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	144.921	92.008
Atividades de investimento		
- Aplicação financeira	(200.018)	(40.038)
- Aquisição de imobilizado	(4.348)	(7.783)
- Aquisição de intangível	(190.039)	(235.973)
- Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(394.405)	(283.794)
Atividades de financiamento		
- Captação de empréstimos e mútuos	182.678	590.110
- Pagamento de empréstimos e mútuos	(495.146)	(841.669)
- Juros pagos	(100.504)	(68.749)
- Debêntures emitidas	714.385	400.000
- Aumento de capital	90.000	113.000
- Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	391.413	192.692
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	141.929	906
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.149	4.243
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	147.078	5.149
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	141.929	906

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)**

	2012	2011
Receitas		
- Receita operacional	222.575	194.189
- Receita do contrato de construção	185.761	218.189
- Outras	92	601
	408.428	413.208
Insumos adquiridos de terceiros		
- Custos de aquisição de construção	(183.724)	(211.834)
- Materiais, serviço de terceiros e outros	(83.733)	(86.278)
	(267.457)	(298.112)
Valor adicionado bruto	141.331	115.096
Retenções		
- Depreciação e amortização	(58.863)	(50.167)
- Valor adicionado líquido pela companhia	82.468	64.929
Receitas financeiras	8.537	5.401
Valor adicionado total a distribuir	91.005	70.330
Distribuição do valor adicionado		
- Pessoal e encargos	30.667	27.855
- Impostos, taxas e contribuições	11.371	(13.072)
- Juros sobre empréstimos e financiamentos	89.534	86.937
- Prejuízo do período	(40.567)	(31.450)
- Valor adicionado distribuído	91.005	70.330</



# Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

CNPJ/MF. 10.531.501/0001-58

envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia rejeita suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. n) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo que um recurso econômico seja requerido para liquidação de alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridas e registradas por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. o) Ajustamento do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incertezas na sua realização. Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17 - "Contratos de Construção" ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na demonstração do resultado do exercício e é apurada a receita de construção com uma margem, que no caso da companhia como há terceirização da obra, a margem é calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento de obra, acionamento de bens e serviços de construção tem como contrapartida o ativo intangível. p) Tributação: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	3,00% a 5,00%	3,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta juntamente com o ISS (Nota 15). A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme Portaria MT nº 245 de 27 de setembro de 2010 e do Ato Declaratório Executivo DDF/Baurur nº 59 de 04 de outubro de 2010. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. O ativo fiscal diferido é gerado com base nas deduções de bens e serviços fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, considerando os valores prováveis de realização conforme a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 6). O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que defina os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009. q) Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A Companhia acredita que as estimativas e premissas usadas na base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. A determinação do julgamento e das estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem: a) seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos, quando aplicável; a provisão para manutenção; o imposto de renda e contribuição social diferidos; e as obrigações legais vinculadas a transações de transferência de ativos. b) Estimativas de receitas e despesas: Essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. r) Ajuste ao valor presente: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em termos de impacto no resultado. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. s) Informações por segmento: A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia acredita que a informação sobre o segmento possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio. t) Resultado por ação: O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - "Resultado por Ação". O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação. u) Demonstração do fluxo de caixa: A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - "Demonstração dos Fluxos de Caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), v) Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). x) Novos pronunciamentos contábeis: Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Adicionalmente, alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a natureza de alterações de procedimentos contábeis. y) Impactos de 2013, sendo os impactos sujeitos à avaliação por parte da Administração da Companhia. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

**4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	2012	2011
Caixa geral	23	1.188
Número em trânsito	1.554	1.188
Bancos conta movimento	5.288	550
Fundo de troca	120	120
Operações compromissadas	-	3.290
Certificados de depósitos bancários - CDB	140.093	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	147.078	5.149
Certificados de depósitos bancários - CDB (conta reserva)	43.225	40.038
Certificados de depósitos bancários - CDB	89.323	-
Operações compromissadas	107.508	-
Saldo de aplicações financeiras	240.056	40.038

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures indexadas a taxa de 80% a 84,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e por Certificados de Depósito Bancário - CDB indexados a taxa de 90% a 103,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras no montante de R\$ 43.225 em 31 de dezembro de 2012 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determina que a Companhia deverá constituir de uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

**5. Créditos a receber:**

	2012	2011
AVI - sem parar (i)	11.354	9.877
VISA - vale pedágio (i)	889	476
DBTRANS - vale pedágio (i)	300	260
Outros	173	177
	12.716	10.790

(i) Contas a receber referente a utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de dezembro de 2012 não havia bens do recebimento de 23 dias. **6. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2012		2011	
Prejuízo fiscal e base negativa	(266.229)	(266.229)	(208.860)	(208.860)
Diferenças temporárias	36.530	36.530	3.708	3.708
Base de cálculo	(229.699)	(229.699)	(205.152)	(205.152)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda diferido	57.425	20.672	51.288	18.464

Prejuízo antes do ajuste de contribuição social (48.913) (61.819) (48.913) (61.819)

Alíquota do imposto de renda e contribuição social 25% 25% 9% 9%

Imposto de renda e contribuição social 12.228 15.455 4.402 5.564

Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período

Adições permanentes (12.939) 9.503 (4.658) 3.421

Exclusões permanentes 6.848 (2.628) 2.465 (946)

Total dos impostos 6.137 22.330 2.209 8.039

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Exercícios	2012	2011
2014	430	430
2015	2.081	2.081
2016	6.115	6.115
2017	10.344	10.344
2018 em diante	59.127	78.097

**7. Imobilizado**

Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2012
Instalações	25	153	-	153
Máquinas e equipamentos	5	3.163	1.341 (1)	4.503
Móveis e utensílios	5	2.479	754 (15)	3.218
Veículos	5	1.420	452 (158)	1.714
Equipamentos de informática	5	27.258	1.599 (6)	28.851
Ferramentas e aparelhos	5	232	49 -	281
Depreciação acumulada		34.552	4.348 (180)	38.720
Imobilizado líquido		(12.145) (7.109)	112 (19.142)	19.578

Prazo de depreciação em anos Saldo em 31/12/2010 Adições Baixas Saldo em 31/12/2011

Máquinas e equipamentos 5 1.330 1.835 (2) 3.163

Móveis e utensílios 5 2.044 452 (13) 2.479

Veículos 5 924 654 (158) 1.420

Equipamentos de informática 5 22.473 4.799 (14) 27.258

Ferramentas e aparelhos 5 189 43 - 232

Depreciação acumulada (6.261) (5.957) 73 (12.145)

Imobilizado líquido 20.695 1.828 (114) 22.407

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza. Pela natureza dos bens integrantes de seu ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificados ativos qualificáveis a capitalização de custos de empréstimos. Anualmente, o ativo imobilizado é submetido a análises de indicação de perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, após análise de fontes externas e internas de informação, os ativos não apresentaram qualquer indicio de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

**8. Intangível:**

Prazo de amortização em anos	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2012
Direito de uso software	5	4.640	1.922 -	6.562
Marcas e patentes	10	20 -	-	20
Direito de concessão	30	758.159	189.954 (150)	947.963
Outorga fixa	30	634.000 -	-	634.000
		1.396.819	191.876 (150)	1.588.545
Amortização acumulada		(95.895) (51.754)	111 (147.538)	
Intangível, líquido		1.300.924	140.122 (39)	1.441.007

Prazo de amortização em anos Saldo em 31/12/2010 Adições Baixas Saldo em 31/12/2011

Direito de uso software 5 3.663 977 - 4.640

Marcas e patentes 10 6 14 - 20

Direito de concessão 30 518.064 241.337 (1.242)

Outorga fixa 30 634.000 - - 634.000

Amortização acumulada (1.155.733) 242.328 (1.242) (1.396.819)

Intangível, líquido 1.103.057 198.118 (251) 1.300.924

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão. De acordo com o CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de concessão no montante de R\$ 37.099 em 2011. A Companhia entende não haver a necessidade de capitalização de juros dos novos empréstimos, em virtude das obras constantes no seu programa de investimento serem executadas em curto prazo. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

**9. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011, a conta empréstimos e financiamentos e debêntures estava composta da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Principal	Amortização	Juros	Atualização Monetária	Saldo
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	178.048	23.427	462	155.083	-
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	104.132	13.702	269	90.689	-
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	95.395	12.552	247	83.090	-
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	8.949	1.178	23	7.794	-
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	50.922	-	152	51.074	-
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	868	108	2	762	-
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	20.283	-	60	20.343	-
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	12.853	-	38	12.891	-
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	12.123	-	1.442	774	14.339
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	1.787	164	5	1.628	-
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	15.362	-	1.385	725	17.472
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	10.509	-	31	10.540	-
BNDES	IPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	17.753	-	1.121	599	19.473
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	10.133	-	30	10.163	-
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	25.784	-	867	639	27.240
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	12.305	-	37	12.342	-
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	15.310	-	46	15.356	-
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	11.077	-	118	98	11.293
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	10.227	-	109	91	10.427
BNDES - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	389.000	-	76	389.076	-
Debêntures - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	370.000	-	780	1.294	372.074
(-)								(58.960)
Total								1.267.271

Parcelas de curto prazo 52.448

Parcelas de longo prazo 1.214.823

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Principal	Amortização	Juros	Atualização Monetária	Saldo
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	173.989	-	-	-	173.989
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	101.758	-	-	-	101.758
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	93.220	-	-	-	93.220
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	8.744	-	-	-	8.744
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	51.106	-	-	-	51.106
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	856	-	-	-	856
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	20.356	-	-	-	20.356
BNDES Direto	IPCA	2,45% a.a.	15/3/2024	12.161	-	-	-	12.161
Bradesco (Debêntures)	CDI	116,5%	18/1/2013	318.397	-	-	-	318.397
HSBC (Debêntures)	CDI	116,5%	18/1/2013	106.066	-	-	-	106.066
Conta Garantida	CDI	2,43% a.a.	20/6/2012	15.228	-	-	-	15.228
Total				901.881	-	-	-	901.881
Parcelas de curto prazo				82.032	-	-	-	82.032
Parcelas de longo prazo				819.849	-	-	-	819.849

equivalente a 116,5% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. A emissão das debêntures ocorreu no dia 18 de janeiro de 2011, com vencimento em 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão a qual foi integralmente liquidada em 28 de dezembro de 2012. O pagamento da remuneração foi realizado trimestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 18 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 18 de julho de 2011 e o último em 28 de dezembro de 2012, de forma antecipada. As debêntures tiveram como garantia o penhor sobre a totalidade das ações que Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR possui da Companhia, cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão e Cessão Fiduciária de todos os direitos creditários da Emissora. **Debêntures - 2ª Emissão:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da Segunda Emissão de Debêntures Simples da Companhia, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, no valor de R\$ 750.000, emitidas em duas séries, sendo, "Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série". Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 750.000. A emissão se deu em duas (2) séries, sendo que para a Primeira Série foram emitidas 380.000 Debêntures no âmbito da Lei 12.431/11 e para a Segunda Série emitidas 370.000 as quais não contaram com os benefícios da Lei 12.431/11. O prazo de vencimento das debêntures é de 12 (doze) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024. A emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco - BBI, em conjunto com o Banco do Brasil - BB, Banco Votorantim e Banco HSBC. Parte dos recursos obtidos por meio da emissão foi utilizada para o resgate antecipado da primeira emissão em sua totalidade (principal e juros) no valor de R\$ 415.191. O restante será utilizado para a viabilização e implementação de projetos de investimento de infraestrutura no corredor Raposo Tavares. As debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos, contados a data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a.

Subcrédito	Valor do Subcrédito (R\$)		Saldo dos subcréditos BNDES - Sênior (R\$ mil)	
	31/12/2011	15/02/2012	15/02/2012	16/11/2012
A TJLP	377.575	377.575	-	-
B - 1 TJLP	1.787	-	1.787	-
B - 2 TJLP	9.817	9.817	-	-
C TJLP	174.285	71.205	12.853	10.510
D TJLP	15.310	-	-	15.310
D - 1 IPCA	11.077	-	-	-
D - 2 IPCA	12.123	12.123	-	-
D - 3 IPCA	15.362	-	15.362	



**Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**  
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58



Numerador básico  
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais  
Denominado básico e diluído  
Média ponderada das ações (em milhares)  
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)

2012			2011		
Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
(20.284)	(20.283)	(40.567)	(15.725)	(15.725)	(31.450)
<b>466.943</b>	<b>466.943</b>	<b>933.886</b>	<b>380.241</b>	<b>380.241</b>	<b>760.482</b>
(0,0434)	(0,0434)		(0,0414)	(0,0414)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. **19. Compromissos com a concessão:** O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039. Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos: a) **Investimentos:** Os principais investimentos decorrentes da concessão são: i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários; iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes (Presidente Bernardes e Caiuá); iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de interseções. b) **Outorga fixa e variável:** Pelo direito de exploração do sistema rodoviário, os seguintes montantes: I. Outorga fixa: Valor fixo de R\$ 634.000 a favor do DER/SP foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010. II. Outorga variável: Valor correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 652 (R\$ 536 em 31 de dezembro de 2011). Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 6.567 (R\$ 5.787 em 2011) referente à outorga variável. c) **Garantias:** A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais: 1. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 114.613. Vigência de 12 meses. 2. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 120.280. Vigência mínima de 12 meses. d) **Recursos financeiros:** A Companhia iniciou suas operações em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos e do pagamento da outorga serão obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais. **20. Cobertura de seguros:** A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$ 120.280	16/03/2012 a 16/03/13	Austral	Seguradora (a)
Garantia funções oper.	R\$ 114.613	16/03/13 a 01/08/2012	Austral	Seguradora (b)
Responsabilidade civil	R\$ 35.000	01/08/13 a 01/08/2012	Tókió Marine (c)	
Riscos operacionais	R\$ 200.000	01/08/13	Tókió Marine (d)	

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008. b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do

Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008. c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias. d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis. **21. Instrumentos financeiros e concentração de risco:** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e empréstimos e financiamentos e debêntures. Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são: a) **Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. b) **Gerenciamentos de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. c) **Exposição a riscos de taxas de juros:** O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação do DI diário, TJLP e IPCA. d) **Análise de sensibilidade:** As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo: **Seleção dos cenários:** Em

atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada índice. As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
CDI	6,94%	8,68%	10,41%
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA	5,84%	7,30%	8,76%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros.** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Caixa e equivalente de caixa		Alta taxa DI	7.895	9.869	11.843
Aplicação financeira		Alta taxa DI	18.972	23.715	28.458
Debêntures	Dez/2024	Alta taxa DI			
		Alta na IPCA	48.248	60.310	72.372
BNDEx Sênior	Mar/2021	TJLP	23.588	29.485	35.382
		Alta na IPCA			
BNDEx Sênior	Mar/2023	TJLP	5.857	7.321	8.786

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros DI, TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI. As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regular-

**DIRETORIA:** Ricardo Schittini Duarte - Diretor Presidente

Silvio Cesar Gonçalves - Contador - CRC nº 1SP208745/O-6

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionista da **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.** Bauru - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos

da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado.** Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013.



Auditores Independentes S.S. Gláucio Dutra da Silva  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4-S-SP